

RBEST Revista Brasileira de
Economia Social e do Trabalho**BJSLE** Brazilian Journal of
Social and Labour Economics<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17461>

DOSSIÊ

Da velha oligarquia para uma nova ordem econômica: Trabalho e precarização no Rio Grande do Sul

*Liana Carleial***Sandro Silva*****Resumo**

O artigo analisa a configuração do mercado de trabalho do estado do Rio Grande do Sul no período 2012-2020. O fundamento teórico é a Teoria Marxista da Dependência que preconiza a dependência dos países subdesenvolvidos aos movimentos da Divisão Internacional do Trabalho comandados pelos países do centro do capitalismo. O período sob análise tem como característica a submissão do Estado brasileiro a uma lógica fiscalista, recuando de seu compromisso na condução dos investimentos públicos e da indução do investimento privado. Ademais, o período também inclui o primeiro ano da pandemia pelo vírus da covid-19. No mercado de trabalho reduzem-se os postos de trabalho com carteira de trabalho assinada, ampliam-se a desocupação e a subutilização por insuficiência de horas trabalhadas. O RS sofreu uma importante queda do PIB e perdeu posição relativa na região Sul. O artigo utiliza dados secundários produzidos pelo IBGE, notadamente a PNAD Contínua.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Precarização; Desindustrialização; Desenvolvimento regional.

JEL: F16, J21, J46, O13, O14, R10.

* Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4881-6896>

E-mail: liana.carleial@gmail.com

** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0150-7482>

E-mail: ssilvactba@uol.com.br



From the old oligarchy to a new economic order: Labor and precarization in Rio Grande do Sul

Abstract

The article analyzes the configuration of the labor market in the state of Rio Grande do Sul from 2012 to 2020. The theoretical foundation is the Marxist Theory of Dependency, which advocates the dependence of underdeveloped countries on movements of the International Division of Labor commanded by countries at the heart of capitalism. The period in question is characterized by the Brazilian State submitting to a fiscal logic, retreating from its commitment to make public investments and encourage private investment. Furthermore, the period also includes the first year of the covid-19 pandemic. In the labor market, the number of formal jobs was reduced, and unemployment and underuse rose due to insufficient hours worked. The state of Rio Grande do Sul suffered a significant drop in GDP and lost relative position in the South of the country. The article uses secondary data produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, notably the Continuous National Household Sample Survey.

Keywords: Labor market; Precarization; Deindustrialization; Regional development.

De la vieja oligarquía a un nuevo orden económico: Trabajo y precarización en Rio Grande do Sul

Resumen

El artículo analiza la configuración del mercado de trabajo en el estado de Rio Grande do Sul en el período 2012-2020. El fundamento teórico es la Teoría Marxista de la Dependencia, que defiende la dependencia de los países subdesarrollados a los movimientos de la División Internacional del Trabajo comandados por los países del centro del capitalismo. El período analizado se caracteriza por la sumisión del Estado brasileño a una lógica fiscalista, retrocediendo en su compromiso de conducir la inversión pública e inducir la inversión privada. Además, el período también incluye el primer año de la pandemia del virus covid-19. En el mercado laboral, se redujo el número de puestos de trabajo con tarjetas de trabajo firmadas, al tiempo que aumentaron el desempleo y la subutilización por insuficiencia de horas trabajadas. El estado de RS sufrió una importante caída del PIB y perdió posición relativa en la región Sur. El artículo utiliza datos secundarios elaborados por el IBGE, en particular la Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Palabra clave: Mercado laboral; Precarización; Desindustrialización; Desarrollo regional.

De l'ancienne oligarchie à un nouvel ordre économique: Travail et précarisation dans le Rio Grande do Sul

Résumé

L'article analyse la configuration du marché du travail dans l'état du Rio Grande do Sul pour la période 2012-2020. Le fondement théorique est la théorie marxiste de la dépendance qui préconise la dépendance des pays sous-développés aux mouvements de la division internationale du travail commandés par les pays du centre du capitalisme. La période analysée se caractérise par la soumission de l'État brésilien à une logique fiscaliste, en reculant par rapport à son engagement de réaliser des investissements publics et d'induire des investissements privés. En outre, la période comprend également la première année de la pandémie du virus covid-19. Sur le marché du travail, le nombre d'emplois avec des permis de travail signés a été réduit, tandis que le chômage et la sous-utilisation due à un nombre insuffisant d'heures travaillées ont augmenté. L'état RS a subi une baisse significative de son PIB et a perdu sa position relative dans la région Sud. L'article utilise des données secondaires produites par l'IBGE, notamment l'enquête nationale continue par sondage auprès des ménages.

Mots-clés: Marché du travail; Précarisation; Désindustrialisation; Développement régional.

Introdução

Este artigo foi escrito no âmbito de um projeto de pesquisa que articula pesquisadores de algumas Universidades brasileiras com o objetivo de decifrar a configuração do mercado de trabalho, no período 2012-2020, em grande parte do território brasileiro. Esse período retrata quase dez anos de ataques explícitos à nossa democracia, desde 2013, passando pela crise urbana dos vinte centavos, a Operação Lava Jato, o golpe contra a Presidenta Dilma Roussef, o governo Temer, a aprovação da Emenda Constitucional n. 95 (EC95), as reformas trabalhista e previdenciária, a prisão do ex-Presidente Lula, a eleição do Presidente Bolsonaro, subvertendo as possibilidades de futuro para os brasileiros e ainda, o primeiro ano da pandemia pelo vírus covid-19. Todas essas mudanças geraram impactos econômicos, sociais e políticos, atingindo também a conformação dos nossos mercados de trabalho. Em tão pouco espaço de tempo, as mudanças foram muito significativas.

Neste contexto, este artigo objetiva, precisamente, se deter sobre a configuração do mercado de trabalho do estado do Rio Grande do Sul (RS). O aporte teórico que apoia o artigo é, majoritariamente, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), o que exige uma clareza das modificações no marco geral do capitalismo e na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que produzem efeitos nos países dependentes e subdesenvolvidos. No caso brasileiro, cujo processo de industrialização se fez muito concentrado na região Sudeste, notadamente São Paulo, ocorreu uma subordinação inter-regional, que ainda permanece até hoje. É bem verdade que, submetido aos atuais padrões da Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil aumentou sua participação como produtor de *commodities*, reprimarizou sua estrutura produtiva e sua pauta de exportações, vive um forte crescimento do agronegócio localizado, prioritariamente, nas macrorregiões Centro-Oeste e Norte, porém a hierarquia inter-regional ainda permanece,¹ a nosso ver.

Do ponto de vista metodológico, o artigo associa aspectos histórico-estruturais com os dados socioeconômicos produzidos, majoritariamente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).² No entanto, a especificidade do RS localizado, digamos, numa ponta do país, tendo identificação regional e territorial com os pampas argentinos exigiria uma análise mais complexa, incorporando aspectos históricos, culturais, políticos e antropológicos, o que, infelizmente, não foi possível no âmbito deste artigo.

¹ O combate ao desmatamento pode acabar por impor um limite ao avanço da soja no território brasileiro, mesmo diante da força das *big players* (ADM, BUNGE, CARGILL e Louis Dreyfus) que dominam 90% dessa produção, pois o mundo parece querer continuar respirando.

² Os autores agradecem ao economista Luiz Alceu Paganotto pela importante colaboração no uso das bases de dados usadas no artigo.

Esse estado que viveu uma grande proeminência política e econômica no início do século XX, vive uma trajetória descendente nestes dois aspectos, já há alguns anos, perdendo espaço para os seus vizinhos. Com o foco no comportamento do mercado de trabalho, mas sem perder de vista essa interrogação, este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos uma discussão de aproximação do que é o estado do RS e a região Sul. Na segunda, tratamos dos aspectos histórico-estruturais que auxiliam a entender a trajetória do RS. Na terceira seção, abordamos aspectos relevantes para a compreensão do mercado de trabalho gaúcho, no contexto do Brasil e da região Sul.

1. O estado do Rio Grande Sul e a macrorregião Sul

O RS compõe, com os estados do Paraná e de Santa Catarina, a macrorregião Sul, a de menor território, porém a terceira em volume populacional. Do ponto de vista da história do desenvolvimento brasileiro, essa região esteve mais isolada do relacionamento com a metrópole, comparativamente às regiões Nordeste, Norte e o estado de Minas Gerais, primeiros exportadores a participar da Divisão Internacional do Trabalho, quando ainda éramos colônia e vivíamos o regime escravista.

O clima predominante nessa região é o subtropical, o que a diferencia das demais regiões brasileiras. É a única região na qual as estações climáticas são demarcadas e há uma certa unidade definida pelo domínio quase exclusivo do clima subtropical. As vegetações predominantes são as matas das araucárias; há também os campos, florestas tropicais e, ainda, algum vestígio de mata atlântica.

A região Sul é, do ângulo geopolítico, estratégica por fazer fronteira com Argentina, Uruguai e Paraguai. Esses três importantes parceiros marcaram, por exemplo, a criação da Unasul, em 2008, numa clara proposta de maior integração Sul-Sul, não só comercial, mas também educacional e cultural, com a criação da UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Este fato sugere a seguinte indagação: qual proveito esse estado conseguiu obter desse relevante momento da história recente brasileira? Quais desdobramentos aconteceram no estado?

O Rio Grande do Sul, como se sabe, é um dos estados de destaque, tanto do ponto de vista econômico como político, no país. Já no começo do século XX, ele protagonizou a ruptura com a República Velha quando suas oligarquias se uniram às de Minas Gerais e as da Paraíba para derrubar a candidatura paulista à presidência da República, lançando um candidato que mudaria a trajetória esperada do país: Getúlio Vargas. Fonseca (1999, p. 10) argumenta que:

[...] a política e a economia associaram-se, em condições históricas específicas, para propiciar que a “Revolução de 30” partisse do Rio Grande do Sul, ou que deste estado tenham emergido as principais lideranças deste movimento cujo significado, em seu contexto histórico, representou ruptura com a República Velha e acenou com novas bases para a economia e para a organização social e institucional, assentadas na industrialização e urbanização do país.

Mais recentemente, a sua capital, Porto Alegre, protagonizou, em 1989, a introdução de um mecanismo de democracia direta, o Orçamento Participativo (OP), de acordo com Sintomer (2008), está presente nos cinco continentes, configurando uma inovação institucional importante. Na Europa, naquele momento, o OP já havia inspirado 60 comunidades a adotá-lo. Entretanto, essa visão mais engajada e progressista vem se modificando, e uma direita conservadora parece dominar o cenário político do estado nos últimos anos.³ E os governos progressistas que aconteceram no passado recente, como ajudaram o estado? Qual marca deixaram?

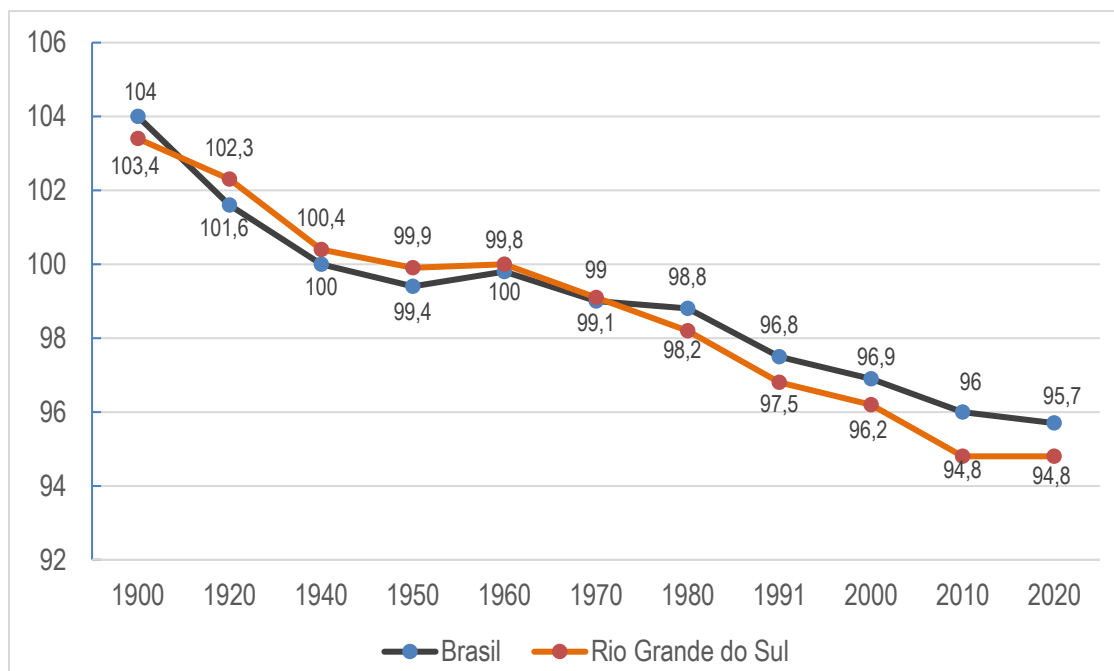
É importante marcar que, neste momento da vida política brasileira, o Presidente eleito Lula e o participante da transição Patrus Ananias, explicitaram que há um forte interesse de retomada dessa prática participativa diante do agravamento do quadro político, econômico e social ocorrido nestes últimos quatro anos e a imprescindibilidade de envolver a população nos destinos do país e da sociedade brasileira. De fato, já foi retomada, neste ano, na esfera federal com o Presidente Lula, através do Plano Plurianual Participativo (PPA Participativo). Os questionamentos aqui esboçados constituem inquietações decorrentes da reflexão feita para a elaboração do artigo, porém exigem tempo de maturação para que encontremos respostas esclarecedoras e convincentes.

O RS tem 497 municípios distribuídos em 35 microrregiões geográficas e 7 mesorregiões, ocupando uma área total de 281.748.973 km². Dentre os municípios, 46,3% possuem população de até 5 mil habitantes. O seu perfil demográfico, seguindo as estimativas do IBGE para 2021, evidencia que o RS abrigava 11.466.630 pessoas, sendo 51% do gênero feminino e 49% do gênero masculino. O estado vive um processo singular de envelhecimento de sua população em relação aos demais estados da federação. Em 1970, eram 14,8 idosos acima de 60 anos para cada 100 jovens, entre zero e 14 anos. Em 2020, eram 103,3 idosos

³ Um dos fatos notórios desse processo foi a extinção da Fundação de Economia e Estatística (FEE), um dos mais relevantes centros de pesquisa e planejamento da região Sul, produtora de estudos importantes, associando a história do estado com as mudanças na sua estrutura produtiva, substituição de culturas, formas de financiamento, etc. Um patrimônio do povo gaúcho e do povo brasileiro que foi extinto, segundo a seguinte cronologia: O projeto de extinção foi apresentado em 2016. O STF concedeu o seu aval, em 2017, e no ano seguinte, 2018, houve a publicação no Diário Oficial do estado. A nosso ver, esse fato reflete uma fragilização da sociedade civil gaúcha que não conseguiu impedir essa perda.

para cada 100 jovens entre zero e 14 anos, configurando o estado de maior envelhecimento de sua população. Interessante observar que predominam as mulheres no estado, e no Brasil, como deixa bem claro o interessante Gráfico 1, que expõe a razão de sexo.

Gráfico 1. Evolução da razão de sexo. Brasil e Rio Grande do Sul: 1900-2020.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Nota: Para 2020 foi usada a Projeção da população por sexo e idade (2010-2060).

Segundo o Censo de 2010 (IBGE), a participação de pessoas negras é de 16,1%; já segundo a PNADC-2021, essa participação atinge 18% dos gaúchos. A formação do estado do Rio Grande do Sul, certamente, contou com os povos originários: negros e índios, e a migração de alemães, eslavos, italianos e portugueses. A presença de europeus na colonização e desenvolvimento do estado, às vezes, induz a uma certa interpretação de superioridade dessa região vis-à-vis as outras macrorregiões, o que certamente, não encontra fundamento efetivo. No entanto, é necessário reconhecer que o estado mantém suas tradições culturais na música, dança e alimentação.

Em 2010, de acordo com o IBGE, 85,1% de sua população era urbana; a expectativa de vida ao nascer é hoje de 77,45 anos, de acordo com os dados da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado. Do ponto de vista social, o estado do RS, em 2017, apresentou o menor IDH da região Sul, ocupando a sexta posição no país (0,787), de acordo com os dados divulgados pelo PNUD-Brasil. Santa Catarina pontuou (0,808), considerado muito alto, e o Paraná (0,792), tal como RS, uma posição alta. Todos os estados da região apresentaram o IDH superior ao do Brasil que foi (0,759), para o mesmo ano.

De acordo com os estudos do PNUD/IPEA/FJP (2020), o estado tem apenas 36% dos domicílios urbanos ligados à rede de esgoto, ficando abaixo da média nacional que é de 59,2%. Na região, o RS está em pior posição que o estado do Paraná, que possui 80% de seus domicílios ligados à rede de esgoto, mas relativamente melhor que o estado de Santa Catarina que tem apenas 25,3% dos domicílios nessa condição.

O estado do Rio Grande do Sul ostenta a posição de 5ª economia no país, atrás apenas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Destaque-se que o estado tem uma estrutura produtiva diversificada com importante parque industrial, porém sua base agrícola possui grande relevância. Do ponto de vista do rendimento, o estado do RS tem a terceira mais alta renda per capita do país (R\$ 1.718,00) bem acima da média do Brasil (R\$ 1.353,00), e é também a maior da região Sul, segundo dados do IBGE, para 2021. O estado de Santa Catarina atingiu um patamar de R\$ 1.718,00 e o Paraná, R\$ 1.353,00.

É importante marcar que, em 2019, o PIB do Rio Grande do Sul contribuiu com 6,53% para o PIB brasileiro, medido a preços correntes de 2010, e obteve a maior participação regional com 37,93%, sendo a maior contribuição estadual da região Sul. No entanto, com a divulgação dos dados das Contas Regionais Brasileiras, pelo IBGE para o ano de 2020, o quadro se alterou. Naquele ano, o primeiro da pandemia pelo vírus da covid-19 impôs um forte impacto negativo na economia e o Produto Interno Bruto brasileiro perdeu 3,3% em volume, comparativamente ao ano anterior, 2019. Das 27 unidades federativas, 24 unidades tiveram também queda no PIB, pela ótica da produção. A Região Sul foi a de pior desempenho, e o RS a unidade federativa de maior retração, 7,2% de seu PIB, quando comparado a 2019. O estado de melhor desempenho foi o Mato Grosso do Sul com um crescimento do PIB de 0,2% entre esses dois anos, seguido por Roraima, com 0,1%. Esse quadro, entretanto, não alterou a contribuição da região Sul ao PIB brasileiro que continuou em torno de 17%. Já a importante queda da atividade do RS alterou sua posição relativa na macrorregião, cedendo a sua posição para o estado do Paraná.

Todos os setores de atividades no RS sofreram perdas importantes, notadamente a agropecuária e a agricultura, que sentiram as consequências da forte estiagem que atingiu o estado. Dado esse quadro geral, vamos nos deter nos aspectos de longo prazo da economia e sociedade gaúchas.

2. Aspectos histórico-estruturais de seu desenvolvimento econômico

O desenvolvimento sócio econômico do estado do Rio Grande do Sul acompanha de perto o desenvolvimento brasileiro no século XX. No período da República Velha ou primeira República, o estado vive, como o Brasil, um momento de transição para a instalação mais

efetiva do capitalismo, ou seja, a incorporação das práticas inerentes a esse modo de produção. Antes de 1930 a classe empresarial e a indústria eram incipientes. Para Fonseca (1985), foi mesmo no período da República Velha que se deu a transição para o capitalismo no Rio Grande do Sul.

A principal atividade econômica do RS, no período imperial, foi a pecuária, num padrão extensivo e de grandes propriedades, em especial na região da Campanha. De acordo com Herrlein Jr. (2004), os primeiros movimentos de povoamento do estado aconteceram já em torno dos anos 1700, com objetivos inicialmente militares quando os primeiros portugueses chegaram à região mais ao sul. Na sequência, a necessidade de ocupação do território passou a determinar a imigração, primordialmente, de italianos e alemães. Esse fato permitiu um novo sistema econômico, baseado na pequena propriedade.

Fonseca (1985) afirma também que nem todos os migrantes tiveram acesso à terra. Havia os migrantes ricos que compravam suas próprias terras e migrantes com um bom nível de estudo e conhecedores de ofícios específicos, que contribuíram para a formação da base manufatureira/industrial do estado. Dependendo dos contratos de migração, a terra era doada com o intuito de construção de uma agricultura produtiva.

Em 1865, apenas dois produtos, o charque e couro respondiam por 2/3 das exportações gaúchas que se destinavam a outros estados brasileiros e alimentavam pobres e escravos. Ainda para Fonseca (1985), essa é uma característica presente na economia gaúcha até hoje: a vinculação à economia nacional. Mesmo sendo a principal renda da província e aglutinando, em torno de si, muito poder político, a atividade apresentava crises. Para alguns, a crise das charqueadas devia-se à presença do trabalho escravo considerado menos produtivo do que o trabalhador livre, ainda pouco presente na região, mesmo que já estivesse na bacia do Prata.

Tais crises eram identificadas quando a quantidade de exportação do charque caía muito ou quando sofria oscilações. Essa é uma grande diferença que se estabeleceu na formação das bases econômicas do estado de São Paulo, o café, e no Rio Grande do Sul, a pecuária. A saída da crise do charque contrapôs produtores e governo estadual. Os primeiros reclamavam por crédito, além de denunciar a taxa considerada excessiva. Já o governo estadual reagia, afirmando que a melhoria do gado era uma atribuição dos proprietários. Na realidade, a defesa do charque chegou a ensejar a Revolução Farroupilha que durou dez anos, entre 1835 e 1845, buscando mais autonomia do RS na condução da política fiscal. Na realidade, a elite da província se sentia prejudicada pela política do Império e essa foi uma guerra de interesse dos donos de terra.

O governo estadual, desde o início do século XX, tentou atrair empresas estrangeiras que beneficiassem o charque, mas diante das exigências delas, recuava. Dois frigoríficos entraram no Estado, receberam benefícios e se uniram para baixar o preço do gado. Uma marca indelével da nossa dependência, já no início do século XX.

Existiam, também, pequenas metalúrgicas, e a produção de tecidos, chapéus, cervejas e móveis cresceu. A reorientação da economia gaúcha, no entanto se fará, com a introdução da policultura. Durante a República Velha a região que mais ganhou foi o Norte, não só com o crescimento populacional, mas também com o avanço da policultura.

Rocha e Becker (2017) consideram que o relativo declínio econômico da parte sul do estado deve-se à centralidade da pecuária nas grandes propriedades. Dois elementos contribuíram muito: a baixa no preço do gado e a concorrência do charque produzido nos países platinos associado à diminuição do seu consumo em todo o país. Havia também a avaliação de que parte das terras seriam inadequadas para a lavoura.

No Censo de 1920, o estado do Rio Grande do Sul aparece como o primeiro produtor de batata inglesa (42,9% da produção nacional), cera, manteiga, trigo (86,4% da produção nacional), mel (52,9%) e vinho. O estado já era também o 2º produtor de farinha de mandioca (17,2%) e fumo (19,7% da produção nacional) e, ainda, o terceiro de arroz, feijão (16,7% da produção nacional), mate e milho (23% da produção nacional) (Fonseca, 1985, p. 271). Tais resultados foram obtidos pelo estímulo da política econômica estadual.

É importante remarcar que foi em Porto Alegre e na região colonial de Bento Gonçalves, Caxias, Novo Hamburgo e São Leopoldo que a policultura se junta com a industrialização nascente. Este fato vai alterar o peso econômico relativo de cada região do estado, ensejar a emergência de novos grupos sociais, como comerciantes e trabalhadores urbanos, tecendo a condição necessária para a emergência de relações capitalistas, em especial, o assalariamento. Assim, ao chegar nos anos 1930, a economia gaúcha já se diferenciava da economia centrada na pecuária, herança da fase imperial. É importante remarcar que os gaúchos também cumpriram o papel de colonizadores em outros estados, tais como, Santa Catarina, oeste do Paraná e parte do Mato Grosso.

Com as indústrias nascentes, o Rio Grande do Sul manteve no período pós-1930 a sua posição de "celeiro do país", mas com a conotação de não ser apenas exportador de gêneros alimentícios para o mercado interno brasileiro, mas também de produtos já beneficiados de origem agropecuária. Entretanto, os produtos como arroz, batata-inglesa, feijão e fumo em folha contribuíram significativamente com as exportações estaduais. A diversidade do Estado emerge com mais firmeza, inclusive com a chegada de mão de obra alemã e italiana. Na região colonial, a criação de suínos associou-se à cultura do milho e à industrialização da banha.

Mesmo assim, limitado pela perda de produtividade das lavouras tradicionais, o estado do Rio Grande do Sul, que continuou a produzir artigos manufaturados, mostra uma certa estagnação no período 1920 e 1940, perdendo assim participação no contexto da economia nacional (Barden, da Silva, Ahlert & Wiebusch, 2001). Essa perda de produtividade agrícola e o não acesso fácil à terra geraram êxodo, o que ocasionou o crescimento de periferias empobrecidas e a manufatura nascente não conseguia absorver os trabalhadores disponíveis, e na maioria das vezes, sem qualquer especialização. Igualmente, esses fatos permitiram que as economias de São Paulo e de Minas Gerais se sobrepusessem à do Rio Grande do Sul.

A estrutura produtiva do RS, contudo mantém-se sempre fortemente ligada à sua base agropecuária. O estado acompanha o desenvolvimento brasileiro a partir de 1930, mas não participou ativamente de momentos importantes como, por exemplo, o Plano de Metas. O estado não recebeu investimentos de multinacionais, não produziu bens de consumo duráveis e tem, até hoje, apenas a estatal que agrega empresas importantes: o Pólo Petroquímico de Triunfo. De acordo com Castilhos, Calandro e Campos (2010), o estado ficou à margem do Plano de Metas.

Na realidade, até a década de 1950, a indústria gaúcha era defasada tecnologicamente, em relação a São Paulo, e em menor escala também tinha uma defasagem de infraestrutura básica e energética. A partir de 1960, entretanto, são criados fortes instrumentos que facilitarão as possibilidades do RS. São criados o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que trabalhará em conjunto com o BRDE. A partir daí, ocorre um impulso da inovação no campo, gerando aumento de produtividade. Por sua vez, São Paulo contribui com o RS, pois ajuda a aumentar a demanda por bens intermediários da indústria gaúcha. A partir desse momento, os setores mais dinâmicos da indústria foram mais incentivados, mesmo que São Paulo tenha mantido a dianteira nesse processo. Assim, o estado criou uma indústria diversificada, mas apoiada em sua base agrícola e formada por pequenos e médios capitais. Até os anos oitenta do século passado, predominava uma matriz industrial intensiva em mão de obra e lançando mão de tecnologias já banalizadas (R. Silva, 2006).

Mesmo tendo ficado à margem do Plano de Metas, o RS beneficiou-se do surto de desenvolvimento que vivia o país e incorpora mudanças importantes. São exemplos, a implantação das indústrias de material elétrico pesado, siderúrgica, refinaria, indústria de tratores, de máquinas e equipamentos agrícolas e de insumos agrícolas.

Quando o Brasil chegou na década de 1980, a sua indústria estava engatada nas tendências da indústria mundial, comandada pelos setores de metal mecânica e da química.

Marcar a indústria é importante porque é neste setor que, tradicionalmente, temos a maior participação dos empregados com carteira de trabalho assinada (CTA), garantindo acesso aos direitos sociais no país, aos melhores salários bem como aos melhores padrões educacionais. É também a partir da indústria que os padrões tecnológicos se disseminam pelos diferentes setores de atividade econômica.

Em 1980, a indústria do RS também tinha atingido tal patamar, pois 47% do valor de sua transformação industrial concentrava-se nesses dois setores, segundo R. Silva (2006). Esse processo também é acompanhado por um fortalecimento das exportações não só para os demais estados brasileiros, mas também para o exterior. A maior integração dentro do país e a exposição ao exterior, de fato, reduziu a relativa proteção que o estado tinha até então.

A estrutura industrial do RS, mesmo ligada à sua base agropecuária, diversificou-se muito para além dos produtos alimentares, bebidas, tecidos e vestuário. Ela se fez a partir da pecuária, bens de consumo não duráveis, aproveitamento de matérias primas, produção de equipamentos e insumos para o setor agropecuário. O agroindustrial gaúcho é composto por alimentos, bebidas, complexo coureiro-calçadista, complexo químico e metal- mecânica.

O parque industrial conta com refino de petróleo e álcool, desenvolvimento de software e empresas montadoras de microcomputadores. Mais recentemente, o Estado teve ganhos no setor de bens de capital, máquinas e implementos agrícolas, reboques e semirreboques, material elétrico e de transporte. Na realidade, o RS é o maior produtor de carrocerias de ônibus do país. E em 2000, entraram no estado as montadoras de automóveis (GM) e de computadores (Dell).

É importante salientar que num conceito mais rigoroso e pleno de indústria, o Brasil teve, concretamente, duas grandes indústrias: a Petrobras e a Embraer. Ambas não só produziam industrialmente, mas geravam tecnologias próprias, mantinham ligação permanente com Universidades, Institutos de Pesquisa, incorporavam tecnologias e transbordavam essas práticas para outros setores econômicos. Esse fato, por si só, fala das dificuldades que o país e as unidades federativas tiveram e ainda têm de incorporar progresso técnico de forma usual. Hoje, com as privatizações, a incorporação desses importantes potenciais no desenvolvimento futuro do país dependerá de decisões políticas cruciais que precisarão ser tomadas em breve.

2.1. O Rio Grande do Sul no cenário econômico nacional mais recente

É importante recordar que nos anos 1990, o Brasil sofreu o impacto das medidas do Consenso de Washington, que propunha abertura comercial irrestrita, privatizações de empresas públicas num momento no qual o padrão concorrencial entre firmas se alterava, exigindo desverticalização das firmas, a prática de subcontratação e terceirização, impondo

que as firmas definissem o núcleo (core) central de suas atividades. Todo esse processo foi possível pela instauração da Terceira Revolução Tecnológica, centrada na microeletrônica, nos países centrais, já sob o domínio do capital financeiro. Perez (1985) acreditava que esse momento abriria uma “janela de oportunidade” para os países em desenvolvimento pois, como esses não haviam investido muito em requisitos da segunda revolução tecnológica, conseguiriam realizar mais rapidamente essa passagem, o que não se verificou (Carleial, 2020).

Ademais, no bojo dessas mudanças, o receituário também incluía desterritorialização de empresas na busca de menores custos com a remuneração da força de trabalho e de políticas sociais mais flexíveis. Submetida a essa lógica, muitas indústrias saíram dos Estados Unidos em direção à Ásia e à Europa Oriental. Como diz a Teoria Marxista da Dependência (TMD), mudanças no centro acabam por impor mudanças nos países subdesenvolvidos. E entre nós, a prática de “transplantes institucionais” Foi generalizada. Assim, algumas empresas localizadas no RS aderiram a essa proposta e se transferiram para a região Nordeste, como foi o caso da Grendene.

Entre nós, a abertura comercial dos anos 1990 provocou a perda de elos importantes de cadeias produtivas (Carleial, 2004) e pior, transferiu para as multinacionais decisões estratégicas de investimento, bem como da natureza da incorporação ou não de progresso técnico. Adicionalmente, a entrada de recursos para investimento direto no país, possibilitou compras de ativos, desnacionalizando-os. Essas práticas estão na base do processo de desindustrialização brasileiro. Para Carleial, Correa e Cardoso (2019) esse processo é entendido, preliminarmente, como a perda de participação relativa da indústria na composição do PIB e na geração de empregos de um determinado país ou região. As implicações desse processo reverberam nas necessidades de avanço tecnológico que passam a ser menores, na composição da pauta de exportações e na posição relativa desse país ou região na geopolítica mundial. A consequência foi a esperada, o aumento da dependência e vulnerabilidade externas.

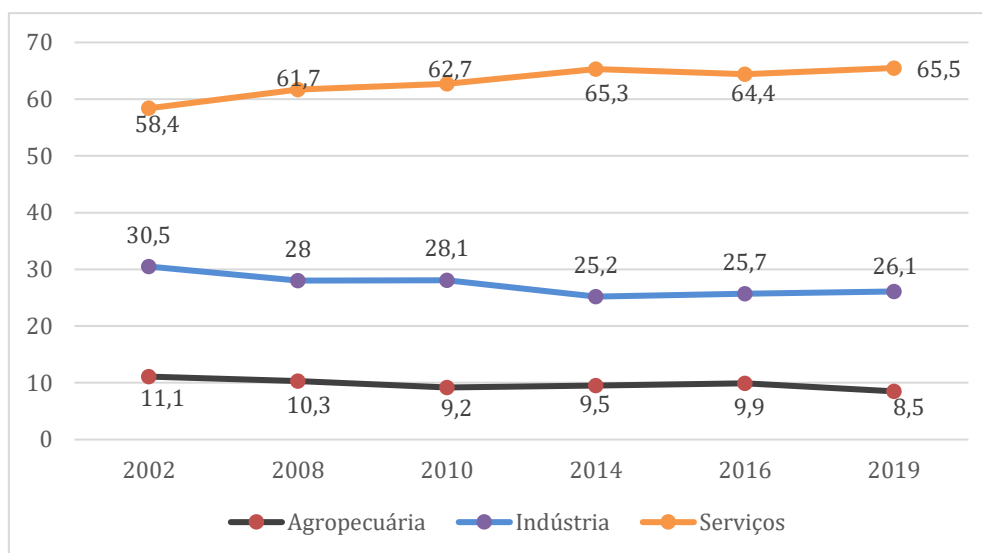
É bom notar que a desindustrialização brasileira atinge todas as regiões, mas há regiões ganhadoras, como é o caso da Região Sul, que acresce a sua participação em 3,7%, no VAB nacional, no período de 1995-2014, devido ao desempenho dos estados do Paraná e Santa Catarina, que aumentaram suas participações em 2,0% e 2,4%, respectivamente. Já o estado do RS, por sua vez, perde 0,6%, no VAB nacional de acordo com as contas regionais brasileiras (Monteiro Neto & Silva, 2018, p. 20).

J. A. Silva (2019) considera que a desindustrialização da região Sul apresenta uma característica interessante. É o que ele chama de desindustrialização regional progressiva e positiva, uma vez que houve um ganho de participação na indústria nacional. Além disso,

dentro da região Sul, a perda de participação do RS levou ao aumento da participação dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Na década de 1990, o Rio Grande do Sul havia avançado nas exportações, chegou à posição de 3º maior exportador do país. Essa posição, entretanto, instaurou uma “nova” dependência para o estado na qual, a taxa de câmbio vigente, a cada momento, o comportamento do PIB de seus principais importadores e os preços das *commodities* ganharam relevância. Ainda nesta década, o estado também sofreu consequências severas uma vez que teve de enfrentar, interna e externamente, a concorrência chinesa em tecidos, couros e calçados, uma vez que a abertura comercial patrocinada pelos governos brasileiros não previu mecanismos de proteção às indústrias nacionais. A produção do fumo também é atingida pela concorrência externa, levando a deslocamentos da produção para Santa Catarina.

Gráfico 2. Participação (%) das atividades econômicas no Valor Agregado Bruto. Rio Grande do Sul: 2002-2019.



Fonte: IBGE. Contas Regionais.

No período 1995-2007, a Indústria de Transformação gaúcha participava com 20% a 25% do Valor Agregado do estado. Em 2010, a Indústria respondia por 28,1% do VAB, sendo que a de Transformação havia se reduzido para 21%; e a Agropecuária respondia por 9,2% do VAB, mas somando a Agroindústria a participação atingia 30% (Gráfico 2). No ano de 2019, o quadro alterou-se: 65,5% do VAB é composto pelo comércio e pelos serviços de transporte, informação, comunicação, logística, consultorias, manutenção de equipamentos e administração pública, como mostra o Gráfico 4. A participação da Indústria caiu para 26,1% do VAB, sendo surpreendente a perda sofrida pela Agropecuária, que fica no patamar de 8,5%,

apenas. É importante referir que a perda da Indústria não parece ter sido compensada pelo surgimento de um terciário mais moderno e, sim, pelo terciário tradicional.

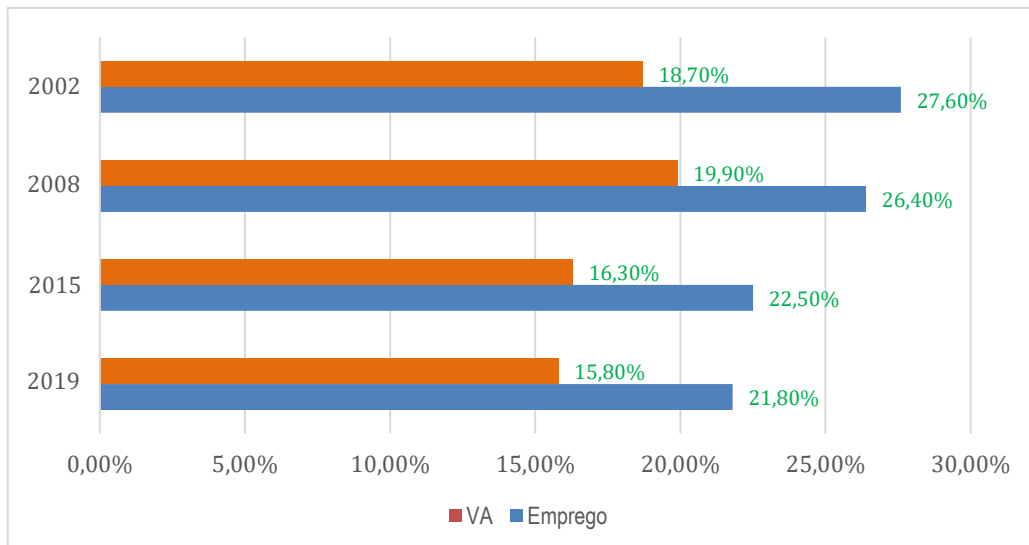
No período 2002-2019, o PIB brasileiro cresceu 2,3% ao ano. Já o PIB do estado do RS teve um desempenho abaixo da média nacional (1,7% ao ano). Mesmo assim, o desempenho econômico do RS esteve atrelado à indústria de transformação (15,8% do VAB), porém bem abaixo do desempenho em anos anteriores. A participação do estado no PIB brasileiro, em 2002, foi de 6,6% e, em 2019, 6,5%. Já a região Sul aumentou a sua participação em 1 ponto percentual, atingindo a marca de 17,2%.

É importante destacar que aqueles segmentos da indústria de transformação mais compromissados com as exportações, possuem também uma importante concentração espacial no estado. No ano de 2019, cinco municípios desse eixo – Caxias do Sul, Canoas, Porto Alegre, Gravataí e Triunfo – responderam por 30,7% do VAB industrial do estado, principalmente da Indústria de Transformação (cf. *Atlas socioeconômico do RS*). A indústria extrativa participa com apenas 1,0%, e está concentrada na extração de minerais não metálicos, que como é sabido, está associada à indústria da construção civil.

Estabelecendo a partir de agora uma relação, nos anos recentes (2002-2019), entre a participação da indústria no valor agregado e no emprego industrial formal⁴ – em geral de melhor qualidade –, tem-se que ambos diminuem suas contribuições (Gráfico 3).

14

Gráfico 3. Participação da Indústria de Transformação no valor agregado e no emprego. Rio Grande do Sul: 2002-2019.



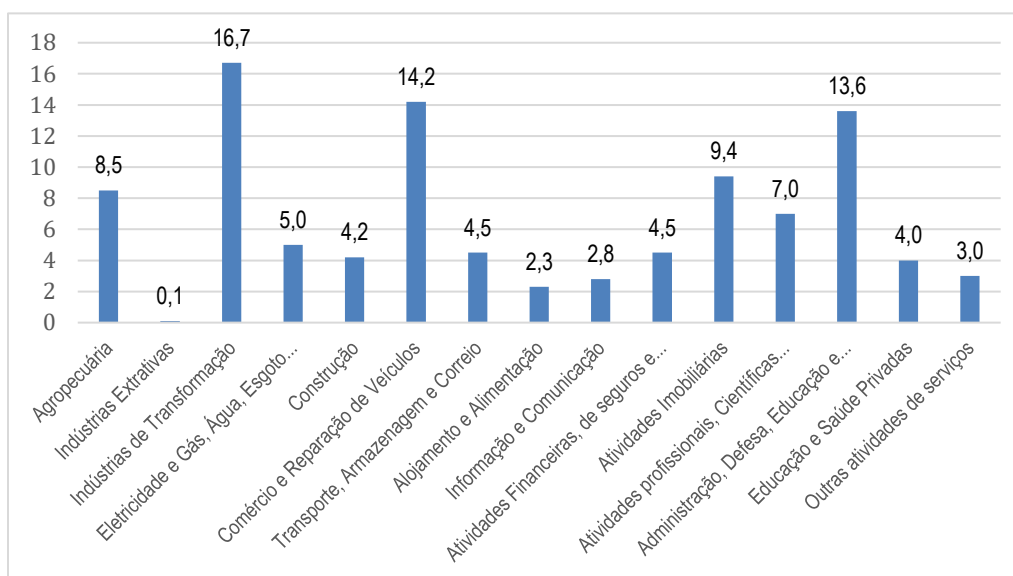
Fonte: IBGE. Contas Regionais; MTE. RAIS.

⁴ "Formal" está sendo usado para indicar trabalhadores com registro do vínculo de emprego.

Chama a atenção a perda relativa maior do emprego, no RS, comparativamente à queda do valor agregado da indústria de transformação, sendo que a participação no emprego formal caiu de 27,6% para 21,8%, e no Valor Adicionado de 18,7% para 15,8%. Importante também registrar que na região Sul há diferenças. Santa Catarina, para esse mesmo ano, 2019, teve uma participação de sua indústria de transformação, no valor adicionado, de 19,6%, e no emprego formal de 29,1%; já a indústria do Paraná participou no valor adicionado com 16,7% e no emprego formal com 20,6%.

Diante do crescimento da participação do setor serviços no valor agregado, no RS, vejamos melhor a sua composição a seguir. O Gráfico 4 mostra, para 2019, a contribuição das diferentes atividades no valor adicionado, deixando mais clara a dominância terciária dessas atividades. O destaque maior fica para o Comércio e reparação de veículos (14,2%), Administração, defesa, educação (13,6%) e Atividades imobiliárias (9,4%), somando 37,2%. A perda de emprego industrial formal sempre sinaliza mal, em razão de suas implicações sobre os outros setores da economia, bem como sobre os trabalhadores e a sociedade em geral.

Gráfico 4. Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto. Rio Grande do Sul: 2019.



Fonte: IBGE. Contas Regionais.

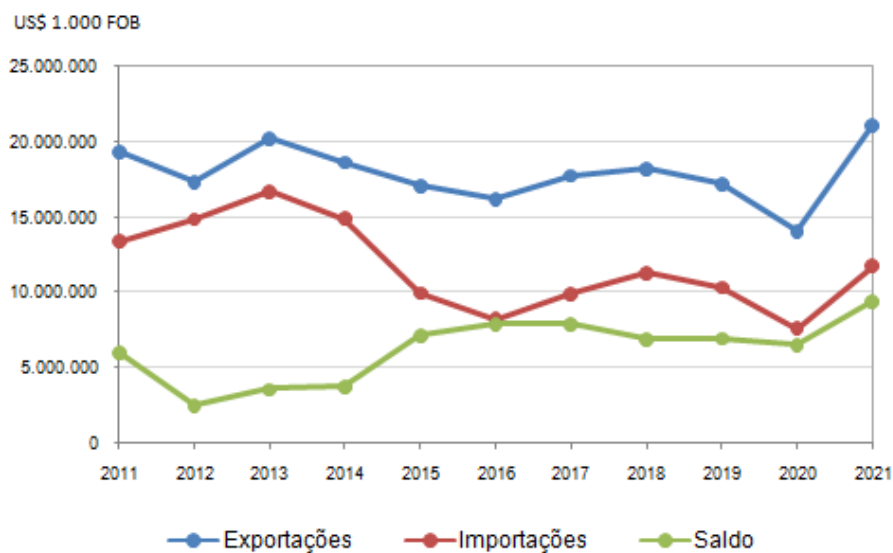
2.2. O Rio Grande do Sul e o comércio exterior

Como relatado anteriormente, o RS sempre teve uma produção ligada à economia nacional, porém também ligada às oportunidades de exportação. No período de 1980-2008, o RS teve uma posição de destaque no ranking dos estados exportadores, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais. O estado se manteve na terceira posição, tendo tido momentos

de ocupar o segundo posto. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 e nos primeiros anos do século XXI – mais especificamente até 2004 –, a participação percentual das exportações gaúchas no total das exportações brasileiras sempre foi acima dos 10%.

O comércio exterior é muito importante para o RS, como relatado anteriormente. Entre os anos de 2011 e 2021 (Gráfico 5), a balança comercial do estado oscilou, mas sempre apresentando saldos positivos. O valor das exportações caiu entre 2013 e 2016, teve uma forte queda em 2020, mas cresceu expressivamente em 2021. Ao longo do período, passou de US\$ 19,4 bilhões em 2011 para US\$ 21,1 bilhões em 2021 (aumento de 9,2%). As importações diminuíram no mesmo período, passando de US\$ 13,4 bilhões para US\$ 11,7 bilhões. É importante remarcar que a partir da crise do *subprime*, em 2008 e nos anos seguintes, o comércio exterior se altera.

Gráfico 5. Evolução da balança comercial. Rio Grande do Sul: 2011-2021.



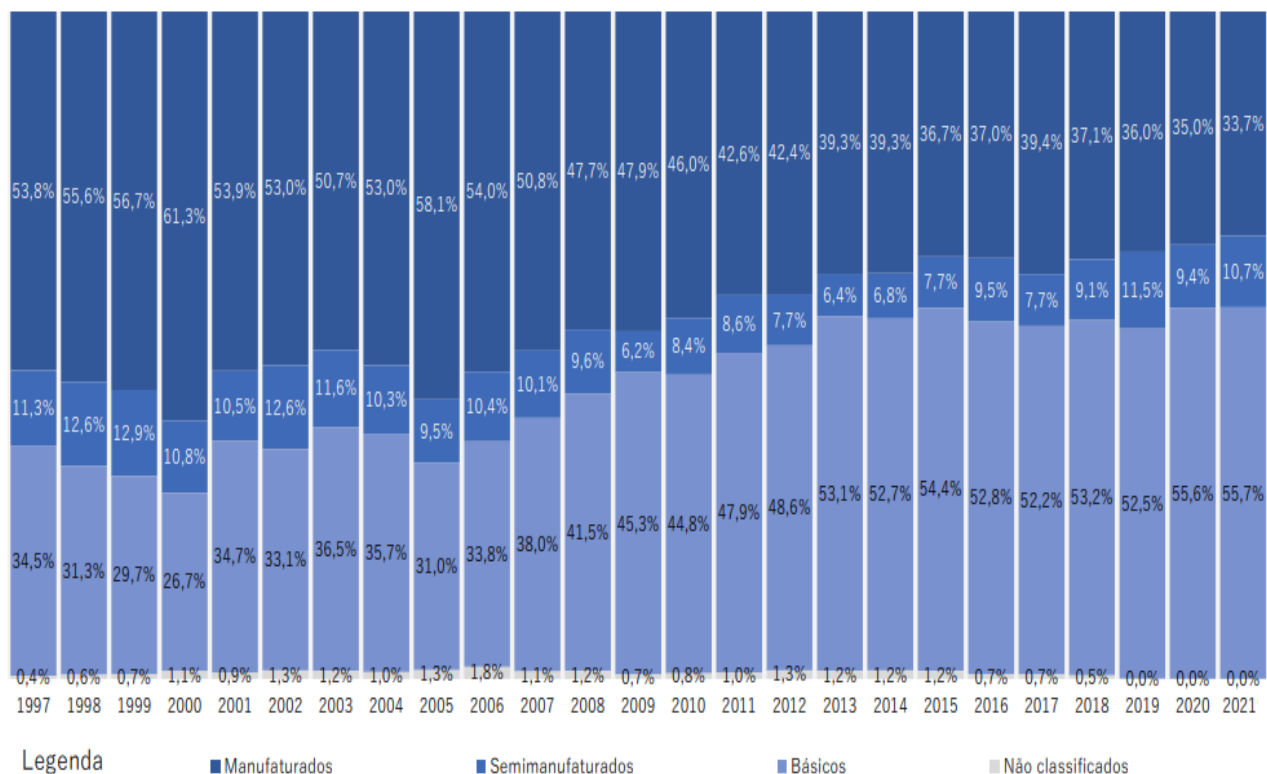
Fonte: MDIC. Estatísticas de Comércio Exterior. Nota: FOB = "free on board".

Carleial et al. (2019) apontam mudanças importantes na pauta de exportação do RS. No período entre 2003 e 2008, observa-se a deterioração do perfil tecnológico da produção e exportação. Considerando os 10 produtos que lideravam as exportações em 2008, oito eram de baixa intensidade tecnológica e não industriais. Os dois produtos mais exportados passaram a ser tabaco não manufaturado e soja em grãos, além de carnes e miudezas de aves. Ou seja, se explicita o movimento de reprimarização, como acontece com o país.

As autoras consideram que a mudança da pauta exportadora tem relação com a articulação da demanda mundial, mas também com a perda de competitividade da indústria do estado, com destaque para a indústria de calçados de couro que, em 2000, era o principal

produto exportado e a indústria grande empregadora. Diferentes razões são apontadas para esse movimento, destacando-se a questão da valorização cambial, como elemento a retirar a competitividade exportadora, numa fase em que a China avançava na concorrência internacional.

**Gráfico 6. Composição do valor das exportações por fator agregado (em %).
Rio Grande do Sul: 1997-2021.**

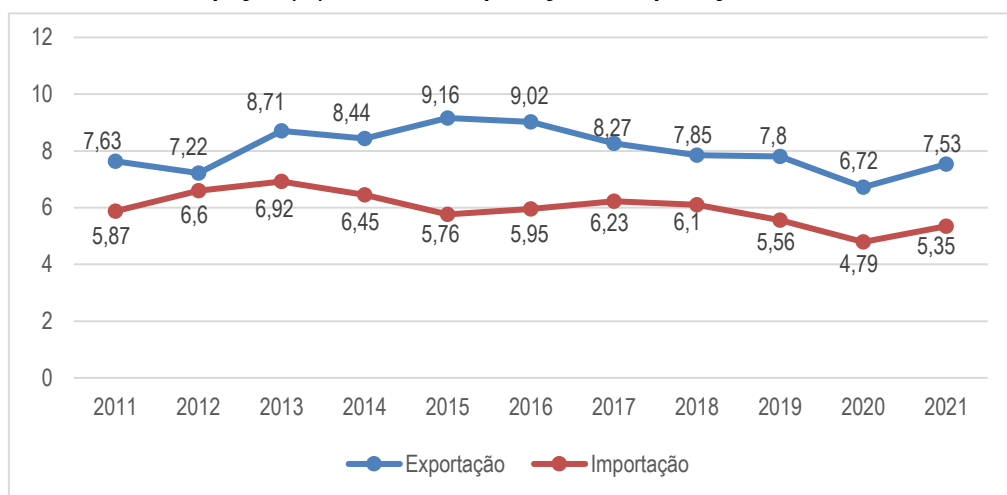


Fonte: MDIC. Estatísticas de Comércio Exterior. Elaboração: FIPE (2021, 4º trimestre, p. 39).

O Gráfico 6 oferece um panorama mais completo das mudanças na natureza das exportações gaúchas, uma vez que expõe o período de 1997 a 2021. Esse é um período sob a vigência da abertura comercial, quando a tarifa média de importações caiu de 45% para 12%, sem a presença de subsídios. Entre 1997 e 2005, em torno de 50% das exportações foram de produtos manufaturados, com destaque para o ano 2000, que atingiu o patamar de 61,3%. Entre 2005 e 2015, nota-se um aumento da participação de produtos básicos na pauta exportadora e os manufaturados não ultrapassam 36%. Em 2021, os produtos básicos representavam 55,7% das exportações do RS, contra 33,7% dos produtos manufaturados e 10,7% dos produtos semi manufaturados. Ganham importância as exportações de soja, de carnes e miudezas de aves. Mesmo que muito já se tenha discutido a esse respeito, em especial, associando esse comportamento às variações cambiais, consideramos que a questão não está completamente esclarecida.

Como evidencia o Gráfico 7, a participação do RS nas exportações brasileiras caiu entre 2015 e 2020, tendo sido em 2015 a sua maior contribuição (9,2%). É importante destacar que ocorreram mudanças importantes no destino das exportações do RS, como também do Brasil. Em 2002, 28,6% das exportações destinavam-se aos EUA e apenas 7% para a China. Já em 2011, o quadro se inverte. Para a China, destinaram-se 17,4% das exportações, 7,1% para os EUA e 10,2% para a Argentina. Incluindo aqui o ano de 2022, ausente no gráfico, temos que os principais destinos das exportações do estado do RS eram: China (21,2%), EUA (9,5%) e Argentina (5,6%), somando 36,3%. Ademais, a concentração da pauta exportadora em soja, carnes, fumo e cereais fala das mudanças que estão ocorrendo na economia do estado.

Gráfico 7. Participação (%) do RS nas exportações e importações do Brasil, 2011-2021.



Fonte: MDIC. Estatísticas de Comércio Exterior.

3. Aspectos relevantes para a compreensão do mercado de trabalho estadual

Como sabemos, o mercado de trabalho é uma esfera subordinada aos movimentos da produção e da acumulação de capital. As evidências apontadas na seção anterior, que mostram a mudança na pauta exportadora do RS e sua reprimarização também teve, certamente, impactos sobre o mercado de trabalho. Um exemplo imediato é a produção de artefatos de couros que chegou a empregar 27% dos ocupados com carteira de trabalho assinada e, em 2019, empregava apenas 15,5%.

O Brasil possui uma história peculiar no que se refere ao mercado de trabalho. A constituição desse mercado foi posterior à entrada do país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), uma vez que predominava o trabalho escravizado no país. Essa é uma marca

do nosso atraso e das dificuldades de se estabelecer um marco civilizatório que abarque a maioria da nossa população.

Partindo do século XIX, observamos que nossa população economicamente ativa sempre foi uma “colcha de retalhos”, ou um tecido no qual os diversos fios entrelaçavam-se de forma quase imperceptível. Durante décadas, por exemplo, a força de trabalho brasileira foi constituída e construída por trabalhadores com os mais diferentes *status* jurídico e político. Encontravam-se escravos, ex-escravos, trabalhadores livres nacionais, filhos dos latifundiários, ex-senhores de escravos e imigrantes disponíveis para o trabalho e, às vezes, labutando lado a lado. Estas distinções, de cultura, de situação jurídica e política sempre jogaram a favor da formação de uma classe trabalhadora sem a unidade necessária à formação de uma identidade bem definida. Igualmente, não há sinais significativos de solidariedade entre classes e frações de classes.

A partir dos anos 1930, quando a opção pela industrialização ficou clara e ela se inicia, de forma mais decisiva em torno do café, o assalariamento começa a tomar forma. Demos ênfase ao período, porque, historicamente, a industrialização se inicia no Nordeste com a produção têxtil, posteriormente desalojada por São Paulo. No entanto, a consolidação dessa indústria vai ocorrer no período 1950-80, quando o Brasil completa uma estrutura industrial já assentada nas indústrias química e metalúrgica. Nesse período, o país cresceu em torno de 7% ao ano, as migrações inter-regionais explodiram e foram criadas 25 milhões de ocupações, de acordo com os Censos Demográficos do IBGE. Ocupações, porque apesar da vigência da CLT, assinar a carteira do trabalhador não era a regra. O período áureo de formalização do mercado de trabalho só aconteceria nos anos 2000, sob os governos petistas, pautados pelo aumento real do salário mínimo, aumento da formalização do emprego e teve como resultado a criação de 22 milhões de empregos com carteira assinada, insinuando, sim, que seria possível a constituição de uma sociedade salarial *à la* Castel, abaixo da linha do Equador, o que não se concretizou.

No caso brasileiro, concretamente, a desindustrialização intensificou-se, voltando a participação da indústria de transformação no PIB, ao patamar dos anos 1950. Ademais, o desmonte das políticas públicas após o golpe de 2016, e o repique neoliberal de privatizações e perdas de direitos acentuou-se de modo significativo. O país viveu uma intensa reprimarização da sua estrutura produtiva e do comércio exterior.⁵

Para iniciar essa análise, observemos a Tabela 1 que expõe a distribuição de pessoas ocupadas de 14 anos ou mais, na semana de referência da pesquisa, segundo a

⁵ Para uma análise didática e completa, no contexto da desindustrialização e do subdesenvolvimento, ver Cano (2014).

posição na ocupação e sexo. Ela confere um quadro geral do mercado de trabalho gaúcho pelo ângulo da condição ocupacional em três pontos no tempo, 2012, 2016 e 2020. Inicialmente, destaque-se que o volume de ocupados diminuiu no período, como era esperado, tanto para homens como para mulheres.

Tabela 1. População ocupada (14 anos ou mais), separadas por sexo, segundo a posição na ocupação. Rio Grande do Sul: 2012, 2016 e 2020.

Posição na ocupação	2012			2016			2020		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Empregado setor privado com CTA	1.359.248 43,91%	930.593 39,23%	2.289.841 41,88%	1.360.049 42,90%	988.567 39,84%	2.348.616 41,55%	1.300.852 43,15%	920.448 40,20%	2.221.301 41,88%
Empregado setor privado sem CTA	349.994 11,31%	172.856 7,29%	522.850 9,56%	310.146 9,78%	167.629 6,76%	477.775 8,45%	281.998 9,35%	148.758 6,50%	430.756 8,12%
Trabalhador doméstico com CTA	7.213 0,23%	102.167 4,31%	109.379 2,00%	9.142 0,29%	96.040 3,87%	105.182 1,86%	7.585 0,25%	86.378 3,77%	93.964 1,77%
Trabalhador doméstico sem CTA	8.337 0,27%	190.476 8,03%	198.814 3,64%	14.914 0,47%	211.071 8,51%	225.985 4,00%	12.814 0,43%	156.559 6,84%	169.373 3,19%
Empregado setor público com CTA	51.506 1,66%	48.248 2,03%	99.754 1,82%	41.873 1,32%	43.349 1,75%	85.221 1,51%	31.440 1,04%	48.427 2,12%	79.867 1,51%
Empregado setor público sem CTA	45.287 1,46%	58.797 2,48%	104.084 1,90%	34.760 1,10%	61.033 2,46%	95.793 1,69%	41.906 1,39%	65.759 2,87%	107.665 2,03%
Militar e servidor estatutário	171.952 5,55%	227.645 9,60%	399.597 7,31%	216.189 6,82%	244.922 9,87%	461.111 8,16%	220.049 7,30%	248.999 10,88%	469.048 8,84%
Empregador	206.038 6,66%	75.439 3,18%	281.477 5,15%	224.501 7,08%	105.553 4,25%	330.053 5,84%	198.255 6,58%	76.671 3,35%	274.926 5,18%
Trabalhador por conta própria	826.616 26,70%	359.999 15,18%	1.186.615 21,70%	875.109 27,60%	402.854 16,24%	1.277.963 22,61%	876.805 29,08%	441.437 19,28%	1.318.241 24,85%
Trabalhador familiar auxiliar	69.544 2,25%	205.645 8,67%	275.189 5,03%	83.952 2,65%	160.203 6,46%	244.156 4,32%	43.123 1,43%	96.112 4,20%	139.244 2,63%
Total de ocupados na semana de referência	3.095.736 100,00%	2.371.864 100,00%	5.467.599 100,00%	3.170.634 100,00%	2.481.220 100,00%	5.651.854 100,00%	3.014.827 100,00%	2.289.558 100,00%	5.304.385 100,00%

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (média anual). Nota: CTA significa "carteira de trabalho assinada".

A posição na ocupação mais significativa da natureza da inserção no mercado de trabalho é o empregado do setor privado com carteira de trabalho assinada. Nesta categoria a participação de homens é maior em todos os anos (43,9%, 42,9% e 43,2%). No total, essa forma de inserção diminuiu, entre 2012 e 2016, e aumenta em 2020 para um nível igual ao

início do período; já o número dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, homens e mulheres, diminui em todo o período.

Entretanto, nos subperíodos há diferenças a considerar: entre 2012 e 2016 o volume de ocupados aumenta quase 2%, e, a partir desse ponto, esse nível diminui.

O trabalhador por conta própria é alguém que trabalha de forma não subordinada, idealmente falando, e sem patrão. Mesmo assim, ele não é independente das condições gerais da economia e mudanças nessas condições podem afetar o seu espaço produtivo ou de prestação de serviços e, ainda, afetar o seu patamar de renda. A participação desse trabalhador cresceu em todo o período, tanto para homens como para mulheres, mesmo que em patamares menores para elas. É importante destacar que, em 2020, quase 25% dos gaúchos estavam na condição de conta própria, sendo 29,1% dos homens e 19,3% das mulheres. Para alguns autores, esse fato significa a ampliação de forma não capitalista de trabalho e, portanto, associada à “informalidade”.

É necessário considerar que o período 2012-2020 é afetado ainda pelas ações do final do segundo governo Lula, quando o estímulo à formalização do emprego foi significativo. Contudo, a partir de 2016, os estímulos se invertem com as reformas trabalhista e previdenciária, a Emenda Constitucional n. 95 (teto dos gastos), o golpe contra a Presidenta Dilma e o primeiro ano da pandemia. Nesse sentido o comportamento do trabalhador auxiliar de família sem remuneração é exemplar. Sob a pandemia, em muitos casos, mesmo sem ocupação e/ou renda foi difícil desempenhar alguma atividade, o que comprometeu os ganhos de outros membros da família e exigiu auxílios, de diferentes naturezas, do governo federal, governos estaduais e prefeituras. Esse momento de 2020-2021 retrata bem as dificuldades que os trabalhadores tiveram de se manter no espaço público, diante dos riscos de contaminação pelo vírus, bem como, pelas exigências de *lockdown* que impediam ou dificultavam a busca por ocupações e/ou empregos.

Em todo o período, os homens são a maioria na condição de empregadores e as mulheres no emprego doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada. Chama a atenção o tamanho relativo da participação feminina como servidor militar e estatutário, possivelmente, consequência de sua maior escolaridade e da forma de ingresso, que se faz por concurso público.

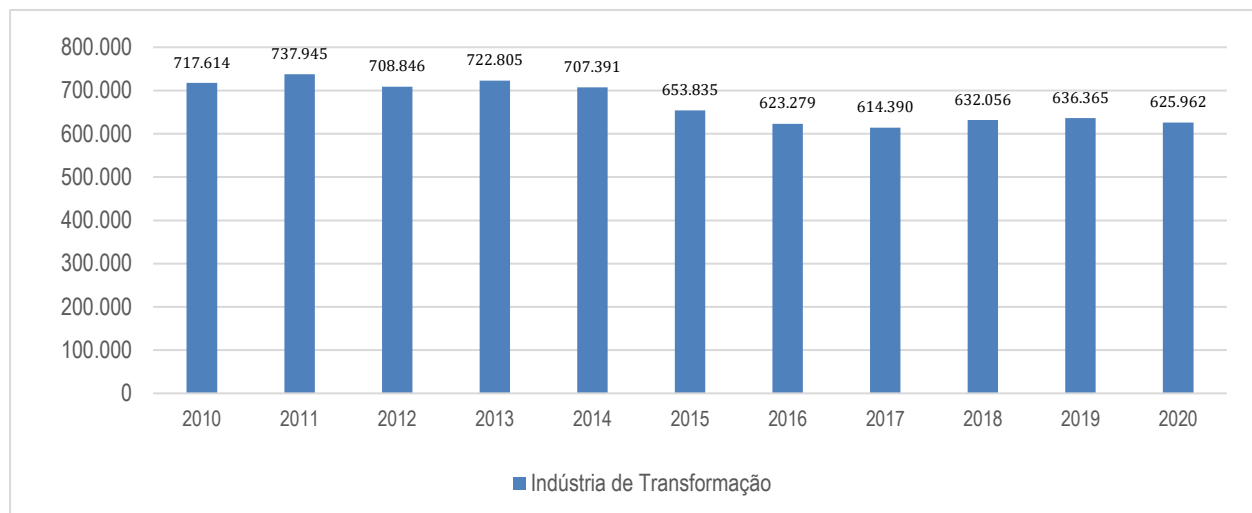
A categoria de trabalhadores que chamamos de empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada, é a categoria que boa parte da literatura chama de empregos formais. Se falamos de emprego formal na indústria, certamente, ainda estamos falando de um grupo de trabalhadores diferenciados, mesmo considerando o processo de desindustrialização em curso.

Retomando a questão do emprego industrial formal, segundo a RAIS/MTE, esse indicador mostra uma tendência de queda consistente, entre 2010 e 2020, conforme mostra o Gráfico 8. Observe-se que a redução do emprego acontece de forma lenta entre 2010 e 2014. Vale lembrar que a partir de 2015, a política de austeridade fiscal instalada no segundo mandato da Presidenta Dilma Roussef começa a produzir os seus efeitos. Nesse período também foram implementadas as desonerações fiscais que começaram no governo Lula e se ampliaram no governo Dilma, a partir de 2012, e pretendiam estimular o investimento e o emprego. As desonerações ocorreram, mas não geraram os efeitos esperados (Carleial, 2015).

Entre 2014 e 2016, a queda do emprego é significativa. No período se aprofundou uma crise política e econômica, que obteve grande apoio da mídia, agravada ainda pela Operação Lava Jato, que aproximou o Judiciário dos eventos que redundaram no golpe contra a Presidenta Dilma. Desse modo, tivemos a volta das políticas neoliberais.

Segundo a mesma fonte, a partir de 2015, as taxas de crescimento do emprego industrial são negativas. O RS, entre 2014 e 2017 acumulou perdas de empregos formais na indústria de transformação da ordem de 13,2%, perda muito maior do que a sofrida pelo conjunto dos empregos formais no estado, que foi de 6,7%, no mesmo período.

**Gráfico 8. Evolução do emprego formal na Indústria de Transformação.
Rio Grande do Sul: 2010-2020.**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Esse quadro que acabamos de expor é preocupante, se temos a expectativa de um melhor desempenho industrial do estado, num futuro próximo, tornando necessária uma reflexão sobre as implicações desse fato e as consequentes decisões a serem tomadas para a sua reversão. Observando a distribuição dos trabalhadores formais por setor de atividade é possível localizar pontos de concentração desses empregados, conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Evolução da participação dos empregos formais, por setor de atividade industrial (em %). Rio Grande do Sul: 2012, 2015, 2018 e 2020.

Setor de atividade	2012	2015	2018	2020
Fabricação de produtos alimentícios	16,0	18,5	20,5	22,2
Confecção de artigos de vestuário	3,2	3,2	3,2	2,9
Fabricação de produtos de metal exceto máquinas	9,0	8,5	8,3	8,7
Fabricação de produtos de borracha e material plástico	5,5	5,2	5,9	6,0
Fabricação de veículos automotores, carrocerias	7,1	6,1	6,3	6,0
Fabricação de produtos minerais não-metálicos	3,0	2,9	2,7	2,8
Fabricação de máquinas e equipamentos	8,5	8,5	8,8	9,6
Fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	17,6	16,2	16,1	12,9
Fabricação de produtos químicos	2,2	2,5	2,5	2,6
Fabricação de produtos têxteis	2,4	2,3	2,3	2,3
Fabricação de móveis	5,4	5,4	5,2	2,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS.

Em 2012, esses setores citados abrigavam 80% dos empregados formais e, em 2020, 72,3%. A queda de participação do setor de couro é forte, sobretudo porque, em 2002, esse setor, sozinho, abrigava 17,6% dos trabalhadores formais. A atividade que apresentou aumento significativo de sua participação no emprego, foi a Fabricação de produtos alimentícios que empregava 16% dos empregados formais, em 2012 e, em 2020, mesmo sendo um ano difícil, esse percentual vai para 22,2%. Perdem participação, também, a Fabricação de móveis e a Fabricação de veículos automotores e carrocerias. Cabe indagar se esses setores estão sendo acompanhados de perto, se há políticas públicas que procurem ajudá-los a superar os entraves? Cabe também perguntar: "Aonde está o RS moderno e arrojado?"

O caso dos produtos químicos merece atenção, porque tanto o Brasil como o RS importam produtos deste grupo. Aliás, adubos e fertilizantes é o maior grupo de produtos importados pelo RS. Neste quadro, evidencia-se a irresponsabilidade da Petrobras quando fechou a Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) de Araucária, tornando o Brasil mais dependente de fertilizantes importados. A possibilidade que teremos de construir um programa de reindustrialização, precisará abrir as estruturas produtivas regionais e estaduais na perspectiva também de um programa de longo prazo para substituição de importações.

O Estatuto Jurídico do Trabalhador(a) Brasileiro(a) esteve na origem da concepção e conceituação da clivagem formal e informal do mercado de trabalho brasileiro. A falta do vínculo formal e, reconhecido juridicamente, veda ao trabalhador o acesso aos direitos trabalhistas clássicos de remuneração de acordo com a regra da política salarial vigente no

país, repouso remunerado, jornada definida de trabalho, férias, 13º salário e direito à aposentadoria, se as contribuições obrigatórias à Previdência Social forem recolhidas corretamente. Do ponto de vista do mercado, há outras considerações a serem feitas porque a posse de CTA permite ao trabalhador ter acesso a financiamento e crédito.

No entanto, as análises sobre o informal começaram na década de 1970, e é provável que a referência inicial tenha sido a do sociólogo Luis Antonio Machado da Silva, que discutiu essa questão no âmbito da marginalidade urbana e apontou como corte necessário esse aspecto jurídico, estabelecendo uma tradição que prossegue, desde lá, de usar a posse ou não, pelo trabalhador, da carteira de trabalho assinada, como o divisor de formalização ou informalização. É necessário lembrar que a discussão da informalidade na América Latina, e no Brasil, em especial, era feita no contexto de uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social que permitisse a formalização desse mercado, como discutimos anteriormente. Ao longo do tempo essa discussão prosseguiu, outras conceituações foram oferecidas, como aquela que transferiu o foco para as unidades produtivas, e não mais para o trabalhador, unidades essas que poderiam ser de natureza capitalista ou não (Cacciamali, 1983; Carleial, 1986).

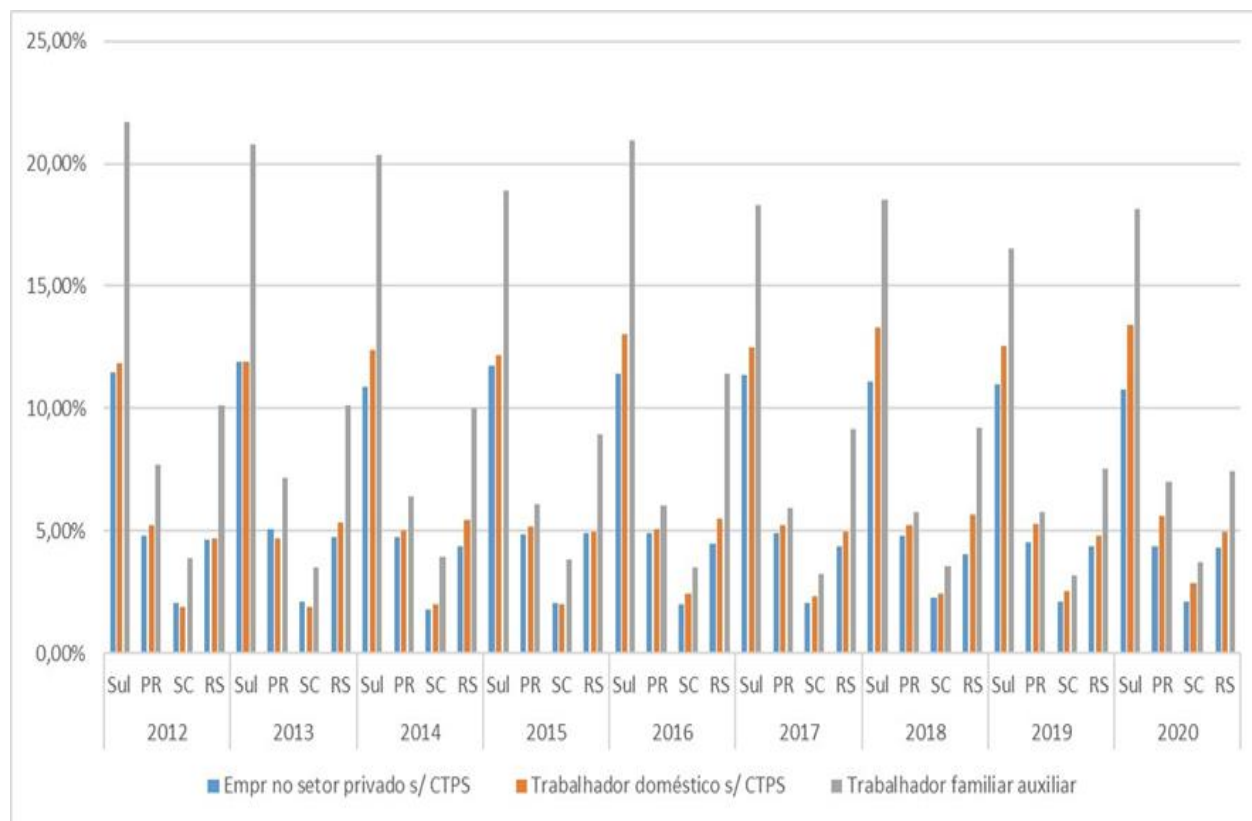
Nestas interpretações, associava-se o assalariamento formal ao capitalismo e a informalidade às unidades não capitalistas. A operacionalização desse conceito sempre foi difícil, pois exigiam pesquisas primárias caras e complexas. Esse fato ajudou a induzir a dominância do uso de dados secundários, em geral, os produzidos pelo IBGE, nessa operacionalização. Algumas vezes, também se interpretou a informalidade como um “colchão”, que produzia uma certa proteção aos trabalhadores num momento de crise da economia, mas ao mesmo tempo, era um impeditivo para se dimensionar o tamanho dessa mesma crise no mercado de trabalho, em especial quando não se tinha ainda medidas confiáveis de desemprego aberto no país. Neste artigo, preferimos utilizar as categorias de trabalhadores que compõem o grupo dos “sem carteira” de trabalho assinada (empregado no setor privado, trabalhador doméstico e trabalhador familiar sem remuneração) – portanto, desprotegidos – porém, sem identificá-los como trabalhadores informais.

É inegável que, diante do quadro geral de precarização do mercado de trabalho no Brasil, da presença crescente de trabalhadores de plataforma, entregadores de todos os tipos, da prática de terceirização generalizada nos setores públicos e privado e, ainda, da subcontratação entre empresas e entre empresas e trabalhadores, a precariedade não pode mais ser vista como um atributo apenas dos trabalhadores informais. Na realidade, as especificidades atribuídas aos informais (longas jornadas de trabalho, baixa remuneração, ausência de proteção social e baixa escolaridade, presença maior de mulheres) são hoje encontradas também entre os trabalhadores formalizados. Essa clivagem perdeu capacidade

explicativa. Krein (2017) desenvolveu um rigoroso estudo utilizando bases de dados sólidas e chegou exatamente a essa conclusão. Por falta de uma melhor denominação, “precarização contínua e permanente do mercado de trabalho” parece ser mais esclarecedor do que a clivagem formal/informal. O que chamávamos de informal penetrou o setor formal, através das práticas de subcontratação, terceirização, pejotização, digitalização, etc.

Um dado importante que remete não apenas ao mercado de trabalho, mas também às mudanças nas estruturas produtivas, é a participação da Indústria de Transformação no emprego assalariado com carteira de trabalho assinada. Já vimos, no Gráfico 1, que no RS essa participação diminuiu como também a participação da indústria no valor agregado. A partir dos dados da RAIS/MTE também é possível constatar que a participação da Indústria de Transformação no emprego assalariado cai em toda a região Sul, no período 2012-2020. No Paraná, essa participação passa de 22,4% para 21,4%; em Santa Catarina, passa de 30,5% para 29,3%; e no RS, essa participação passa de 24,5% para 22,2% – redução essa a mais acentuada da região.

Gráfico 9. Participação (%) dos ocupados em posições ocupacionais desprotegidas. Região Sul e unidades federativas: 2012-2020.



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Nota: Ocupados com 14 anos ou mais de idade, segundo a posição no trabalho principal.

Ainda na busca de uma melhor compreensão da natureza do mercado de trabalho no RS, ao longo de 2012-2020, vamos mais uma vez usar subperíodos (2012-2014; 2015-2017; 2018-2020) e trabalhar separadamente as categorias ocupacionais. O Gráfico 9 evidencia as participações relativas de três categorias de trabalhadores desprotegidos, evidenciando a ampliação da desproteção entre os ocupados e o definhamento do mercado de trabalho na região Sul.

Uma outra forma de compreender melhor esse período, é analisar as variações de participações de cada um dos componentes, como faremos na Tabela 3. Para maior clareza das diferenças, o período está subdividido do mesmo modo.

Como já relatamos anteriormente, a categoria “empregado com carteira de trabalho assinada no setor privado” (firmas e famílias) merece destaque, especialmente, quando sua participação aumenta. Tanto para a região Sul como para o RS, individualmente, esse fato acontece no primeiro ciclo do período. Para a região Sul o número de pessoas ocupadas nessa condição cresce 5,2% e 4,2% para o RS.

Tabela 3. Variação do número de ocupados por posição na ocupação e categoria do emprego. Região Sul e RS: 2012-2020.

Posição na ocupação	2012-14 (var. %)		2015-17 (var. %)		2018-20 (var. %)	
	SUL	RS	SUL	RS	SUL	RS
Empregado no setor privado com carteira, inclusive trabalhador doméstico	5,2	4,2	-5,0	-5,5	-3,5	-2,5
Empregado no setor privado sem carteira, inclusive trabalhador doméstico	-6,7	-1,3	4,9	-1,7	-19,2	-24,9
Conta própria + Trabalhador familiar auxiliar	-2,4	3,0	5,7	4,0	0,3	1,2

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Nota: Ocupados com 14 anos ou mais de idade, segundo a posição no trabalho principal.

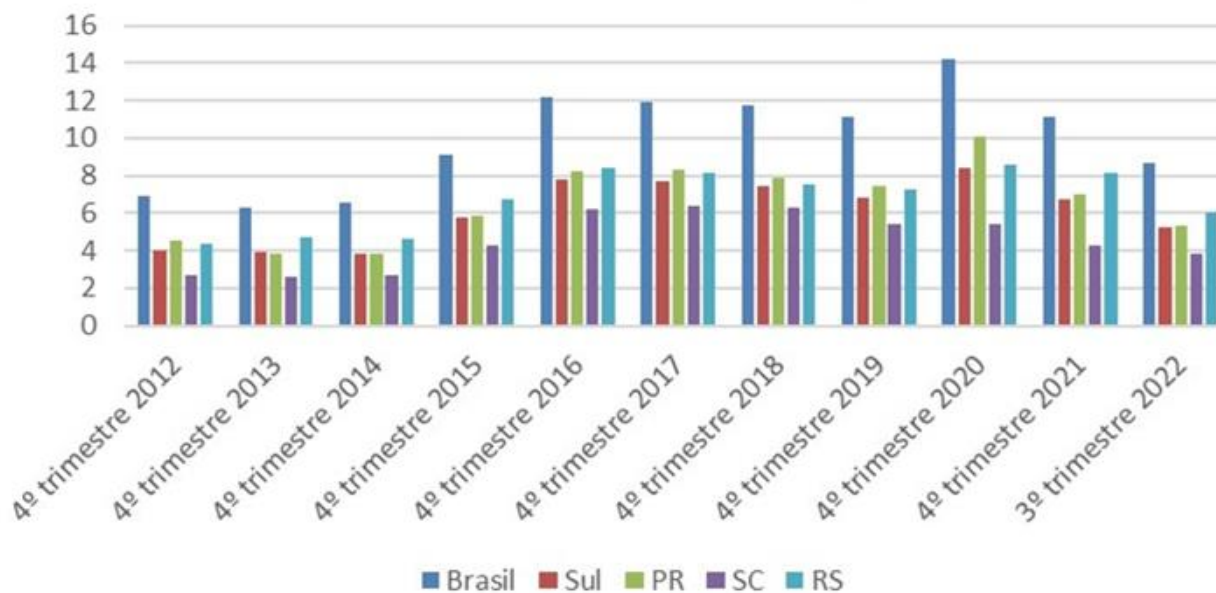
Já o grupo que agrega empregados sem carteira, é desejável que diminua num bom momento de crescimento da economia e que aumente em situação inversa. Para o primeiro período, isso acontece tanto na região como no RS, entretanto, a queda na região é bem mais expressiva (-6,7%) do que no estado (-1,3%). O grupo que agrega trabalhadores por conta própria e o trabalhador familiar, idealmente, perde posições no mercado, em razão da melhoria do mercado formal de trabalho. Ou contrariamente, quando a crise se instala e os empregos formais diminuem, é esperado um aumento tanto dos sem carteira como do grupo conta própria e trabalhador familiar. É assim que se passa no subperíodo 2015-2017, quando há a crise provocada pelo ajuste fiscal imposto pela EC95, a política de austeridade do governo Dilma, e o início dos efeitos da Reforma Trabalhista que começou a vigorar em

nov/2017. Ademais, o governo Dilma havia proposto uma legislação trabalhista específica para as trabalhadoras domésticas, definindo jornada de trabalho, férias, piso salarial, fato esse não muito aceito pela classe média acostumada a comandar um “mundo sem regras”, mas que lhe garanta os serviços.

No período 2018-2020, a crise não é apenas econômica, mas também humanitária, produzida pela pandemia de covid-19 e pela ausência de uma coordenação nacional da pandemia, pela incitação à desobediência às regras sugeridas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e uma forte crise federativa interna, pois os governadores decidiram proteger suas populações a despeito da postura do governo federal. O mercado de trabalho praticamente encolhe, evidenciando sua deterioração. Esse quadro geral se repete nos demais estados da região Sul, porém o estado do Rio Grande do Sul ocupa a pior posição relativa.

É importante considerar uma certa ambiguidade na condição do “trabalhador por conta própria”, uma vez que ela acolhe ocupados com diferentes condições de trabalho, posse ou não de meios de produção, rendimento, e até mesmo estatuto jurídico e autonomia. No estado do RS essa forma de inserção no mercado de trabalho cresceu em todo o período.

Gráfico 10. Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade. Brasil, região Sul e unidades federativas: 2012-2022.



Fonte: IBGE. PNADC-Trimestral.

Considerando que o conjunto do país está mergulhado num quadro recessivo e de recuo do Estado, tanto enquanto investidor como indutor/implementador de políticas públicas, é esperado que as taxas de desocupação/desemprego reflitam tal situação. O Gráfico 10

retrata essa condição, utilizando comparativamente os dados do Brasil, região Sul e suas unidades federativas.

A primeira informação relevante quando se analisa o RS no contexto de sua região e do país, é que, em todo o período a sua taxa de desocupação é inferior à do Brasil. Este fato é verdadeiro também para todos os estados da região Sul. A partir do momento em que a taxa de desocupação do Brasil atinge dois dígitos, os estados da região Sul acompanham essa tendência, em patamares mais baixos. Especificamente, o RS desde 2013 já apresenta, consistentemente, o patamar mais alto de desemprego na região. Outro destaque importante é o estado de Santa Catarina que tem, em todos os anos, uma taxa de desocupação menor que os seus vizinhos, e uma das menores do país. O ano de 2020, mais uma vez se destaca como um ano difícil com indicadores de desemprego/desocupação mais altos e o estado do Paraná apresenta uma taxa de desocupação maior do que o patamar regional. A partir de 2021, os patamares da desocupação caem no Brasil e na região Sul. Igualmente em 2022, cada uma das unidades federativas mantém suas posições relativas, reforçando o estado do RS como o de maior desocupação no mercado de trabalho.

A Tabela 4 combina a taxa de desocupação com a de sub ocupação por insuficiência de horas trabalhadas entre as pessoas de 14 ou mais anos, na semana de referência da pesquisa, e deixa evidente que no Brasil e em todos os estados da região Sul, a tendência é de crescimento dessa condição, na população economicamente ativa. Esse é um indicador indiscutível da deterioração do mercado de trabalho na região Sul.

Tabela 4. Taxa combinada de desocupação e de sub ocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%). Brasil, Região Sul e unidades federativas: 2012-2020.

Trimestre	Brasil	Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
4° trimestre 2012	12,3	8,2	9,1	4,7	9,3
4° trimestre 2013	11,1	7,0	7,0	3,7	8,9
4° trimestre 2014	11,3	6,7	6,8	4,3	8,1
4° trimestre 2015	13,1	8,5	8,6	5,8	10,1
4° trimestre 2016	17,3	11,0	11,7	7,9	12,3
4° trimestre 2017	18,1	11,6	12,3	8,8	12,8
4° trimestre 2018	18,2	11,3	12,4	8,6	11,9
4° trimestre 2019	17,5	11,0	11,9	8,2	11,8
4° trimestre 2020	20,9	12,9	14,9	7,5	14,4

Fonte: IBGEE. PNADC Trimestral.

Lançando mão de uma publicação do DIEESE (2022) que expõe as condições do mercado de trabalho segundo a raça, para o segundo trimestre de 2022 (conforme a PNADC), evidencia-se a maior gravidade desse quadro para a população negra (cor da pele preta ou parda), em especial para mulheres negras. Na região Sul, a taxa de subutilização varia de acordo com o sexo e a raça: 8,5% para homens não negros, 11,5% para homens negros, 14,5% para mulheres não negras e 21,8% para mulheres negras. Considerando apenas o estado do Rio Grande do Sul, a proporção ocupada em “trabalho desprotegido” (empregado sem carteira assinada, autônomo sem contribuição para previdência e trabalho familiar auxiliar) foi estimada em 27,8% para homens não negros, 30,7% para mulheres não negras, 34,8% para homens negros e 36,4% para mulheres negras.

Uma informação incontornável para a compreensão do mercado de trabalho é o rendimento auferido pelos trabalhadores. Na Tabela 5, com base na PNAD-trimestral do IBGE, referente ao quarto trimestre de cada ano, apresentamos o rendimento médio real auferido pelos ocupados na semana de referência da pesquisa. A primeira observação é a usual constatação do baixo nível salarial dos trabalhadores no Brasil. A segunda é que os estados da região Sul pagam um pouco acima da média brasileira. Ao longo do período, essa diferença se acentua, mas não ultrapassa 10%. Consistentemente, o RS pagou salários mais baixos do que Paraná e Santa Catarina ao longo de todo o período.

**Tabela 5. Rendimento médio real no trabalho principal, habitualmente recebido por mês (em R\$).
Brasil e unidades federativas da região Sul: 2012-2020.**

Trimestre / Ano	Brasil	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
4° trimestre 2012	2.579	2.856	2.906	2.813
4° trimestre 2013	2.671	2.980	2.986	2.999
4° trimestre 2014	2.721	3.086	3.071	2.925
4° trimestre 2015	2.637	2.891	2.831	2.855
4° trimestre 2016	2.649	2.958	2.859	2.920
4° trimestre 2017	2.676	2.956	2.982	2.929
4° trimestre 2018	2.713	3.035	2.997	2.926
4° trimestre 2019	2.720	3.062	3.031	2.969
4° trimestre 2020	2.759	3.036	3.026	2.951

Fonte: IBGE. PNADC Trimestral. Nota: Ocupados na semana de referência com rendimento positivo (exclui os sem rendimento).

Uma questão importante a ser considerada também é a dimensão de raça, como é nominada pelo IBGE. Usando a mesma base de dados, identifica-se que na região Sul há grande diferença do rendimento real auferido por mês, segundo a raça. Em set./2022, os homens não negros receberam em média R\$ 3.530,00, e as mulheres não negras R\$ 2.629,00. Já os homens negros receberam R\$ 2.371,00 e as mulheres negras R\$ 1.806,00. O rendimento médio das mulheres negras é pouco maior do que a metade do rendimento dos homens não negros (51%). Entre as mulheres, a diferença em razão da raça é de 46%; entre os homens, é de 49%. Associando esse persistente diferencial de rendimentos com o diferencial na taxa de subutilização apresentado anteriormente, é possível afirmar que significativas desigualdades de gênero e raça existem no mercado de trabalho da região Sul e do estado do RS.

A discussão sobre a relação entre o nível de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho, no RS, traz aspectos que merecem destaque. Quando são observados os ocupados com mais de 15 anos completos de escolaridade formal (Tabela 6), eles estão em maior proporção na categoria que agrega servidor público, militar e empregador. Essas são atividades que exigem maior escolaridade, uma vez que o acesso a carreiras do serviço público ocorre por concurso público e que as Forças Armadas possuem escolas próprias e gratuitas para a formação de oficiais.

Tabela 6. Distribuição dos ocupados com 15 anos ou mais de estudo por posição na ocupação. Rio Grande do Sul: 2012-2020.

Posição na ocupação e categoria do emprego	2012	2014	2017	2019	2020
Empregado no setor privado com carteira, inclusive trabalho doméstico	33,7	32,0	33,7	36,4	34,0
Empregado no setor privado sem carteira, inclusive trabalho doméstico	4,6	4,0	4,6	4,5	4,7
Conta própria e trabalhador familiar auxiliar	15,1	16,0	17,8	19,3	19,8
Militar, servidor público e empregador	46,7	48,1	43,9	39,8	41,5
Total	100,0	100,	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNADC. Nota: ocupados na semana de referência (14 anos ou mais de idade); posição no trabalho principal.

Muito interessante, por outro lado, é o caso do trabalhador por conta própria que é mais qualificado. Uma participação significativa e crescente ao longo do período, de 15,1% a 19,8%, pode indicar a presença de trabalhadores que, em momento de estreitamento do mercado de trabalho, buscam alternativas na condição de microempreendedor individual, inclusive como motorista de aplicativos ou ainda como auxiliar nos negócios da família, aguardando o mercado de trabalho melhorar. Esse patamar de escolaridade entre os autônomos pode também indicar a presença da “pejotização”, que atinge diferentes trabalhadores, como advogados e professores. Concretamente, o trabalhador autônomo é uma categoria ocupacional que precisa ser mais estudada.

Já os empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado conseguem manter, praticamente, a mesma participação ao longo do período, em torno dos 34%. Ao contrário, entretanto, a categoria de maior incidência entre os mais escolarizados, Militar, servidor público e empregador, sofreu uma perda de 5,2 pontos percentuais no período. Esse fato pode estar associado a um estreitamento de possibilidades para os empregadores, impondo uma migração para a condição de trabalhador autônomo. Finalmente, o empregado sem carteira assinada (inclusive o trabalhador doméstico) que mantém sua participação, e esse fato pode ser um elemento indicador do estreitamento do mercado de trabalho. Não podemos, porém, desprezar a possibilidade de desinteresse do trabalhador em obter a proteção que lhe é garantida por lei, mesmo sendo portador de uma escolaridade diferenciada.

O conjunto das informações aqui apresentadas, traça um bom quadro das especificidades históricas estruturais do desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, das diferenças e semelhanças em relação aos demais estados vizinhos e de sua posição relativa na região Sul e no Brasil. Todas essas características são, na realidade, responsáveis pela configuração do mercado de trabalho atual num contexto de redução do poder do Estado nacional, cujos governos decidiram abrir mão de realizar investimentos e implementar políticas públicas condizentes com os desafios colocados pelo estágio de desenvolvimento do país.

Conclusão

Este artigo objetivou estabelecer a configuração do mercado de trabalho no estado do Rio Grande do Sul entre 2012-2020. Para tanto foi preciso compreender as principais especificidades histórico-estruturais do estado, e a evolução do seu desenvolvimento socioeconômico. O período sob análise, apenas nove anos, guarda, por outro lado, diferenças internas importantes. De uma fase final de um ciclo de crescimento do produto e do emprego assalariado formal, segue-se para uma fase recessiva e de fortes impactos negativos das reformas efetivadas, entre 2016 e 2017, e da EC95 sobre o mercado de trabalho, e finalmente, a inesperada crise causada pela disseminação do vírus da covid-19.

A economia do RS tem uma trajetória especial pois, nos primeiros anos de seu desenvolvimento, esteve apartada das mudanças que ocorriam em outras regiões do país, mantendo-se, prioritariamente, ligada à agropecuária extensiva. Por isso, como vimos, na República Velha, o RS foi suplantado por São Paulo (onde a expansão do café foi ancorada no assalariamento e ampliação dos mercados). O fato é que a economia gaúcha permaneceu dependente da pecuária, o que remete para seu passado, e para a concentração de poder político nas mãos dos proprietários de terras.

O RS tem uma história também muito ligada à economia nacional, por fornecer alimentos para a população brasileira, e sua inserção na economia internacional, como exportador, não lhe trouxe vantagens significativas diante do padrão de divisão internacional do trabalho, que diferencia e subjuga os países subdesenvolvidos, com pouca capacidade inovativa.

O estado do RS se destacou no campo político, dado o seu protagonismo na preparação e eclosão da revolução de 1930, bem como na gestação de um dos líderes mais importantes do país, Getúlio Vargas, não só por seu papel na condução do estado brasileiro, mas também por todos os movimentos importantes que fortaleceram os trabalhadores na fase inicial da industrialização. Getúlio Vargas sempre desconfiou do liberalismo em voga, e fez exatamente o contrário. Defendeu e implementou uma ação consistente do estado na infraestrutura básica para o desenvolvimento, e incentivou formas necessárias de financiamento compatíveis com a necessidade do país (Fonseca, 1985). Esse protagonismo político varguista poderia incentivar os gaúchos a retomá-lo neste momento de reconstrução nacional.

Ao longo do século XX, o estado do RS, a partir de sua base agropecuária, desenvolveu uma indústria moderna e se transformou em um dos estados com maior capacidade exportadora. Entretanto, na década de 1990s governos brasileiros aderiram, sem críticas, às medidas do chamado Consenso de Washington, propiciando uma abertura comercial irrestrita, privatizando empresas estatais, quando já se sabia do fracasso dessa estratégia, e expondo de forma intensa as suas economias regionais, como aconteceu com o estado do Rio Grande do Sul.

O esforço exportador empreendido prosseguiu, porém, a pauta exportadora mudou, diminuiu a participação de produtos manufaturados e atualmente, os itens mais exportados são, primordialmente, a soja, que em 2021, representou quase 30% do total exportado, seguida por carnes, fumo e cereais.

Nos últimos vinte anos, o estado do RS tem crescido abaixo da taxa média de crescimento brasileiro, tem reduzido a participação de sua indústria de transformação no valor agregado nacional e perdido empregos industriais. O ano de 2020, por todas as razões apontadas ao longo do artigo, impôs uma queda de 7,2% no PIB gaúcho e lhe fez perder posição relativa e espaço para o vizinho Paraná. Na região Sul, o RS apresenta o menor IDH na região e apenas 36% dos domicílios urbanos estão ligados à rede de esgotos, desempenho bem abaixo da média nacional.

Do ponto de vista estrito do mercado de trabalho, ampliaram-se, no período 2012-2020, as taxas de desocupação e subutilização por horas trabalhadas de sua força de trabalho.

A participação, entre os ocupados, do empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada aumenta apenas no início do período, numa proporção maior na região Sul (5,2%) do que no RS (4,2%). A partir do segundo período, 2015-2017, essa participação cai diante dos efeitos negativos das reformas e das crises econômica e política, que foi agravada pela Operação Lava Jato. Nesse sentido, ampliam-se as participações de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria, ou seja, trabalhadores desprotegidos. É impressionante o tamanho da crise no período 2018-2020, quando o mercado de trabalho definha, consequência do baixo crescimento econômico, da reforma trabalhista e da pandemia, perdendo a capacidade de incluir trabalhadores, até mesmo nas condições de maior fragilidade. Nesse sentido, caem as participações dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Na região Sul a queda é de 19,2% e no RS, de 24,9%.

Finalmente, o RS pagou os mais baixos salários da região Sul, no período analisado, e apresentou diferenciais por gênero e raça nos níveis de subocupação e de salários médios, expressando fortes desigualdades no mercado de trabalho.

Da análise desenvolvida, o aspecto mais relevante, em termos de perspectivas futuras, é a questão industrial. Um país com 203 milhões de habitantes necessitará retomar a sua indústria, mediante um programa de reindustrialização que reconheça as especificidades regionais e as eleja como prioridades no planejamento do futuro. Está bem ilustrado e vivido como as políticas neoliberais, o recuo do Estado brasileiro na condução do investimento público e na indução do investimento privado só multiplicou as nossas dificuldades enquanto país ainda subdesenvolvido e subjugado pelo padrão vigente da divisão internacional do trabalho. Romper com a dependência é possível, diria Celso Furtado, desde que incorporem as forças internas e consigamos ter o nosso destino nas nossas mãos. Só a política pública compromissada com esses objetivos será capaz de nos levar por esse novo caminho.

33

Referências

Barden, J. E., da Silva, D. F., Ahlert, L., & Wiebusch, F. C. (2001). A economia do Rio Grande do Sul no período entre 1920 e 1940: Uma análise da região do Vale do Taquari. *Estudo & Debate*, 8(2), 7–55. https://cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/a_economia_do_rs_1920_a_1940.pdf

Cacciamalli, M. C. (1983). *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. [Tese, Doutorado em Economia], Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-06102006-120930/publico/MariaCCacciamaliTese.pdf>

Cano, W. (2014). (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. *Cadernos do Desenvolvimento*, 9(15), 139–174. <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118>

Carleial, L. (1986). Acumulação capitalista, emprego e crise: Um estudo de caso. [Série Ensaio Econômico, n. 59], Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), Universidade de São Paulo (USP).

Carleial, L. (2004). Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das escolhas de política econômica nos anos noventa. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, (106), 07–29. <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/160/137>

Carleial, L. (2015). Política Econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, 29(85), 201–214. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500014>

Carleial, L. (2020). O subdesenvolvimento e as “janelas de oportunidade”. In J. Macambira, F. Pires, M. C. Cacciamali, A. Moretto, & F. de Matos (Orgs.), *Desmonte do Estado e das políticas públicas: Retrocesso do desenvolvimento e aumento das desigualdades regionais*. (Vol. 1, pp. 61-74). Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

Carleial, L., Correa, V. P., & Cardoso, S. A. (2019). O que houve com a indústria do centro-sul brasileiro? In J. S. Gabrielli de Azevedo, & M. Pochmann (Orgs.), *Brasil: incertezas e submissão?* (pp. 315-338). Fundação Perseu Abramo.

Castilhos, C. C., Calandro, M. L., & Campos, S. H. (2010). Reestruturação da indústria gaúcha sob a ótica da reordenação da economia mundial. In O. A. Conceição, M. Z. Grandó, S. U. Teruchkin, & L. A. E. Faria (Orgs.), *O movimento da produção* (Coleção Três Décadas da Economia Gaúcha, Vol. 2, pp. 10-58). Fundação de Economia e Estatística (FEE). <https://arquivofee.rs.gov.br/3-decadas/detalhe.php?ref=02&vol=volume2>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2022). Brasil: A inserção da população negra no mercado de trabalho. <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022.html>

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) (2021, 4º trimestre). *Comércio exterior do Rio Grande do Sul*. Relatório trimestral: Informe do 4º trimestre. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. <https://dee.rs.gov.br/relatorios-fipe>

Fonseca, P. C. D. (1985). A transição capitalista no Rio Grande do Sul: A economia gaúcha na Primeira República. *Revista Estudos Econômicos*, 15(2), 263–289. https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/separata_da_revista_estudos_economicos.pdf

Fonseca, P. C. D. (1999). A gênese regional da Revolução de 30. *Revista Estudos Econômicos*, 29(1), 113–27. <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117213/114818>

Herrlein Jr., R. (2004). A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. *Economia e Sociedade*, 13(1), 175–207. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/570/Herrlein.pdf>

Monteiro Neto, A., & Silva, R. O. (2018). Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria brasileira: padrões e ritmos. [Texto para Discussão n. 2402], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8534/1/td_2402.pdf

Perez, C. (1985). Microeletrônica, long waves and world structural change: New perspectives for developing countries. *World Development*, 13(3), 441–463.
[https://doi.org/10.1016/0305-750X\(85\)90140-8](https://doi.org/10.1016/0305-750X(85)90140-8)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), & Fundação João Pinheiro (FJP) (2020). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. <http://atlasbrasil.org.br>

Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento do Governo do Estado (2020). *Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul*. <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br>

Rocha, J. M. da, & Becker, D. F. (2017). As raízes do declínio econômico da “metade sul” do Rio Grande do Sul. *Redes*, 5(1), 191–212. <https://doi.org/10.17058/redes.v5i1.10776>

Silva, J. A. (2019). A desindustrialização na região Sul. *Cadernos Metrópole*, 21(45), 531–550. <https://www.scielo.br/j/cm/a/PrD48x7krdkjL4y4ZfhbbDD/?format=pdf>

Silva, R. M. M. da (2006). *Desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul: 1920-1980*. [Dissertação, Mestrado em Economia], Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2659/1/000386133-Texto%2BCompleto-0.pdf>

Sintomer, Y. (2008). Participatory budgeting in Europe: potentials and challenges. *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(1), 164–178.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2008.00777.x>

Recebido em 10 de dezembro de 2023.

Revisado em 12 de março de 2023.

Aprovado em 19 de abril de 2023.